



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**- E M E R J -**

**PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 1º SEMESTRE/2017**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**6 DE NOVEMBRO DE 2016**

## **I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **1ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

A prisão provisória é compatível com a garantia da presunção de inocência?

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

Quais os fundamentos jurídicos para a redução da remuneração e proventos dos servidores públicos, ativos, inativos e dos pensionistas, em face da atual crise financeira do Poder Público?

**(máximo de 20 linhas)**

## **II - DIREITO CIVIL**

### **1ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

O Condomínio Sol Nascente, em vista do número crescente de condôminos inadimplentes, aprova em assembleia geral extraordinária, por maioria absoluta de votos, a proibição de os condôminos inadimplentes e seus familiares utilizarem as áreas comuns, inclusive áreas de lazer do condomínio.

Alfredo, condômino inadimplente confesso e contumaz, inconformado, propõe ação em face do Condomínio Sol Nascente, pleiteando a nulidade da deliberação assemblear.

Decida a questão (não é necessário forma de sentença).

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO ( 5 PONTOS)**

Qual a natureza jurídica da responsabilidade alimentar avoenga?

**Responda justificadamente - máximo de 20 linhas**

### **III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **1ª QUESTÃO (5 PONTOS)**

Valter promove demanda em face de Pedro, perante o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital. O processo tramitou regularmente, tendo sido o pedido julgado procedente em parte, por sentença, que foi confirmada por acórdão do TJ-RJ. Quando intimados desta última decisão, Valter interpôs recurso especial, já no segundo dia, enquanto que Pedro apresentou embargos de declaração no prazo legal.

Indaga-se: em caso de negativa de provimento aos embargos de declaração, haverá necessidade de Valter ratificar o seu recurso especial anteriormente interposto? Seria ele considerado tempestivo?

**Responda justificadamente - máximo de 20 linhas**

#### **2ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

Diante do êxito parcial em sua demanda proposta perante o juízo da 1ª Vara Cível da Capital, Valter inicia o cumprimento de sentença que condenou Pedro a obrigação pecuniária (art. 523 do CPC).

Só que, após ter sido regularmente intimado para pagar a dívida no prazo de 15 (quinze) dias, Pedro manifestou interesse em obter o parcelamento/moratória legal, que consiste na possibilidade de liquidar a obrigação mediante pagamento imediato de 30% (trinta por cento) e o restante em 6 (seis) parcelas com juros de 1% (um por cento) ao mês.

Valter, contudo, peticionou discordando deste requerimento, ao argumento de que este parcelamento somente seria possível em execução por título extrajudicial, o que não é o presente caso.

Como magistrado, como você analisaria este pleito? É dispensada a resposta em forma de decisão judicial.

**(máximo de 20 linhas)**

### **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

#### **1ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

Cooperativa Carnaubeira da Penha Ltda. requereu o registro de marca coletiva ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

Na análise do pedido foi exigida a alteração do estatuto social da requerente, uma vez que sua atividade é parcialmente diversa da dos membros da coletividade de pessoas naturais que representa.

Como a marca coletiva é um sinal distintivo e indicativo da procedência de um produto ou serviço de uma pessoa membro da entidade titular da marca, deve haver total coincidência da atividade da cooperativa com a dos seus membros. Tal foi a justificativa para a exigência formulada.

Xexéu Miguelino, diretor da cooperativa, pediu parecer sobre a exigência do INPI.

Responda à consulta, indicando, com amparo legal, se há ou não necessidade de alteração do objeto social.

**(máximo de 20 linhas)**

## **2ª. QUESTÃO (5 PONTOS) - EMPRESARIAL**

Explique, com fundamento legal, em que consiste o tratamento diferenciado para o empresário rural no tocante a inscrição na Junta Comercial.

**(máximo de 20 linhas)**

## **V - DIREITO PENAL**

### **1ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

A Constituição Federal consagrou o princípio da legalidade (art. 5º XXXIX), como vetor fundamental do Direito Penal. Historicamente, a ideia do “*nullum crimen nula poena sine lege*” constitui uma das principais limitações, senão a principal, ao poder punitivo estatal no Estado de Direito.

Considerando o conteúdo do enunciado, discorra sobre a importância do princípio da legalidade no panorama do Direito Penal atual.

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (5 PONTOS)**

Um médico recebe dois pacientes, simultaneamente, na emergência de determinado hospital, contudo, há apenas um leito de UTI para socorrer ambos. A falta de atendimento na UTI levará necessariamente à morte.

Diante desse quadro, o filho de uma dessas pessoas ameaça de morte o médico, exibindo um punhal que traz na cintura, para que ele socorra seu pai, o que, de fato, é feito. O outro paciente morre.

Diante desse quadro, existe alguma excludente de responsabilidade para o filho ou ele deve responder pela morte do outro paciente?

**Resposta objetivamente fundamentada em no máximo 20 linhas.**

## **VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

### **1ª QUESTÃO (5 PONTOS)**

Explique o fenômeno da contaminação das provas a partir dos princípios que regem o processo penal brasileiro.

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO - (5 PONTOS)**

João, que se encontra preso a cumprir pena privativa de liberdade na comarca de São Paulo, responde a um processo na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Nesta cidade, a defesa técnica requereu a requisição do réu para participar de todas as audiências.

Instado a se manifestar, o Ministério Público argumentou que a requisição violaria a proporcionalidade, uma vez que as despesas com o transporte do preso seriam superiores ao benefício produzido com a presença de João aos atos.

Você, na posição de juiz e à luz dos princípios e regras do ordenamento brasileiro, atenderia ao pedido da defesa?

**(máximo de 20 linhas)**

## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)**

EDMILSON, proprietário de um bar situado em Niterói, adquiriu para seu estabelecimento vinte caixas de cerveja. Acontece que, quando transferia a bebida da caixa para o refrigerador, uma garrafa explodiu causando-lhe sérias lesões na vista esquerda, a qual somente foi recuperada parcialmente por força de duas cirurgias.

Constatou-se que, aproximadamente, quarenta por cento das garrafas do referido carregamento estavam com um defeito de fabricação que seria a causa da explosão, já que não suportavam a pressão do gás da bebida.

Verifica-se, no caso, um acidente de consumo?

Explique apresentando os fundamentos.

**(máximo de 20 linhas)**

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : ( 30 PONTOS )**

De acordo com o enunciado 531 do Conselho da Justiça Federal, “a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”.

Com base na informação acima, discuta num texto argumentativo, entre 30 e 40 linhas obrigatoriamente, o seguinte questionamento:

***Como, na sociedade da informação, é possível coexistir o direito inalienável à memória e o direito ao esquecimento sem a geração de profundo atrito com a dignidade da pessoa humana?***

**BOA SORTE !!!**